

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Journal de J. Catarina Class.: 120

Data: 18.04.82 Pg.: \_\_\_\_\_



***Pobres e explorados:  
a situação do índio hoje***

Remanescentes de grupos guerreiros outrora fortes e integrados à terra que era sua, os índios sobrevivem, atualmente, perseguidos, maltratados e injustiçados. Com seus direitos violentados pelo poder econômico e político, são arancados de seu habitat natural e atirados à sua própria sorte, sendo ainda vítimas de uma política antiindigenista, ditada pela própria Funai, órgão que causa temor entre seus tutelados. "Antigamente, todo dia era dia de índio. Hoje, eles têm só o dia 19 de

abril", diz a música de Jorge Ben. E sobrevivem pobres, humilhados, explorados por fazendeiros, madeireiros e gente que cobiça o produto parco ainda existente nos redutos destinados àquele povo na região Oeste e na região de Ibirama (foto), em Santa Catarina. Hoje reduzidos a uma fração da sua área regional, os grupos indígenas não devem ter que mais uma vez custear o desenvolvimento da sociedade que só viu neles algo para explorar gratuitamente. (Página 25).

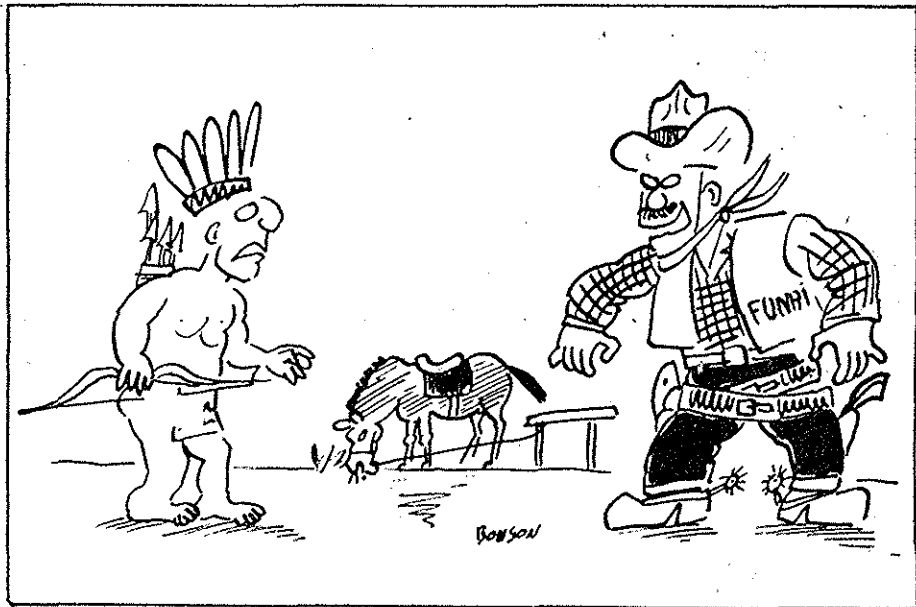
# Semana do Índio

## A selvagem matança dos "civilizados"

"Antigamente, todo dia era dia de Índio. Hoje, eles têm só o dia 19 de abril", diz a música interpretada por Baby Consuelo.

A música diz muito, mas o seu ritmo alegre não combina com o ritmo do extermínio selvagem imprimido pelos "civilizados" contra os verdadeiros brasileiros.

De milhões, sobraram alguns milhares. Estes poucos remanescentes sobrevivem, perseguidos, maltratados e injustiçados, "neste país de Deus". Com seus direitos violentados pelo poder econômico e político, são arrancados de seu habitat natural e atirados à sua própria sorte, para sorte dos poderosos amigos do sistema. E para fechar o círculo, ainda são vítimas de uma política anti indigenista, ditada pelos coronéis e generais da Funai, órgão que causa medo e terror entre seus tutelados. Não é por menos que hoje as crianças vêm ao Índio como uma coisa extinta, só existente em filme. E é isso que os livros de 1º e 2º graus ensinam, vangloriando sempre os bandeirantes assassinos. (...)



Interesse e espanto no museu.



Peninha: desnistificando a história.

### As crianças descobrem a existência de índios

Vítimas de um ensino distorcido, várias crianças do primeiro grau da Grande Florianópolis acabaram de descobrir, na última semana, o visitarem o Museu Universitário da UFSC, que ainda existem índios vivos em Santa Catarina.

A novidade lhes foi contada pelo museólogo Geilci José Coelho (Peninha), dentro das programações da Semana do Índio, que, entre outras coisas, contou com exposição, palestras e filmes.

Peninha, até um tanto surpreendido, fazia a revelação diante da pergunta mais comum: "O Sr. falou que estas flechas, arcos, cestos, panelas, tudo isto é novo, foi feito há pouco tempo pelos índios que vivem em Santa Catarina. Então, quer dizer que ainda existem índios?".

Diante dos resultados altamente positivos obtidos, principalmente levando em conta o grande interesse dos estudantes, Peninha acha que seria conveniente promover permanentemente "semana dos índios". "Seria a forma de ensinar em cima de coisas concretas, deixando de alto im pouco a formalidade, e aquele livro que diz que os índios usavam isso, comiam aquilo, dando idéia de que são coisas do passado" — observou.

#### O MUSEU

O Museu Universitário era um instituto de Antropologia, considerado um dos mais bem equipados do país, com condições de apresentar resultados precisos nos estudos arqueológicos. Entre os seus trabalhos, constam o estudo de resíduos arqueológicos encontrados no litoral na forma de sambaquis.

Das pesquisas do Instituto, muitas amostras e material de natureza diversa foram coletados, comprados e outros doados, formando um acervo de qualidade representativa. Constituiu-se, portanto, de uma documentação histórica de interesse a qualquer tipo de público.

#### A VISITA

Peninha conta como foi a visita dos alunos. "Expliquei a diferença dos objetos encontrados por intermédio da pesquisa arqueológica, que constatam a ocupação humana desde mais ou menos cinco mil anos antes de Cristo nas terras de toda a América, e os artefatos de tribos atuais existentes no Brasil".

O museu montou uma exposição com peças oriundas da Amazônia, feitas pela Tribo Tukuna, alguns artefatos da Tribo Bororo e cerâmica Karajá. Prosseguindo, Peninha conta: "Enquanto falávamos sobre os índios que habitam o Amazonas, nenhuma reação aconteceu entre as crianças, mas ao mostrarmos objetos feitos por índios que se encontram no Estado de Santa Catarina, o espanto foi geral. Neste momento, fomos bombardeados por perguntas curiosas: — observou.

O Sr. falou que estas flechas, arcos, cestos, panelas, tudo isto é novo, foi feito há pouco tempo pelos índios que vivem em Santa Catarina? Então, quer dizer que ainda existem índios? Quer dizer então que tem índio, índia e crianças de índio? Eles falam linguagem indígena? Pelo que eu sei só existe índio nos filmes (pensando nos Far-West). Onde moram os índios de Santa Catarina? Atacam as pessoas com arco e flecha? As indagações foram pacientemente respondidas por Peninha que, paralelamente, mostrava o acervo do museu. Quando viram as fotografias dos índios vestidos aos maltrapilhos, morando em barracas de aspecto muito pobre, as crianças ficam com muita pena. Pediam como podiam ajudá-los...

#### HISTÓRIA

Peninha aproveitou para falar um pouco da história do índio, em linguagem bastante acessível. "Os índios ocupavam todo o território brasileiro e eram donos naturais de todas estas terras. Foram dominados pelos europeus. A princípio, o maior problema foi o da saúde. Os europeus festejavam as tribos com doenças desconhecidas pelos índios, como gripe, sarampo, etc... Essas doenças dizimavam aldeias inteiras, provocando o extermínio completo de algumas nações indígenas. Depois, foram escravizados...

No caso do Índio habitante do Sul, particularmente o que vive em Santa Catarina, há peculiaridades bastante atroz quando se pensa no contato do homem branco. Ao se iniciar a colonização alemã, mais para o interior do Estado, sucederam-se verdadeiras caçadas aos homens que foram chamados de Bugres, provocando chacinas com o propósito de exterminar esses "incivilizados".

Mesmo assim, explica Peninha, depois de toda a caçada empreendida contra os "bugres" de Santa Catarina, ainda sobrevivem, pobres, humilhados, explorados por fazendeiros, madeireiros e gente que cobra o produto pouco ainda existente nos reductos destinados àquele povo na região Oeste e na região de Ibirama.

Depois de 482 anos de dominação, mesmo vilipendiados, reúnem ainda cerca de seis mil indivíduos "integrados" à sociedade brasileira. Na verdade não estão nem na terra e nem no céu, mas sim desorientados e sempre humilhados pelos "civilizados" (...).

Reportagem de MOACIR LOTH

Fotos de JAMES TAVARES



Pobres, maltratados e explorados: os índios de Ibirama...

### Em Ibirama continua a indefinição.

### Os índios aguardam uma reunião

A situação da reserva indígena de Ibirama (Índios Xokleng), apesar do aparente clima de tranquilidade, continua indefinida e bastante complicada. Para tentar equacionar, pelo menos, os problemas mais graves, o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, Sílvio Coelho dos Santos, enviou ofício ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Paulo Moreira Leal, propondo uma reunião com o DNOS, as Lideranças Indígenas e os antropólogos envolvidos na área e na questão de barragens. Os índios de Ibirama apoiaram a sugestão, acreditando, como diz o líder Lino, "que poderíamos chegar a um denominador comum, resolvendo muitos problemas internos provenientes da construção da barragem do DNOS". No entanto, a Funai ainda não deu resposta à proposição o que fez o antropólogo Sílvio Coelho insistir na idéia, reenviando ofício ao Coronel Paulo Moreira Leal.

O trabalho de Sílvio Coelho, que tem participação de Sálvio Muller, do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFSC e professor da Comissão Parlamentar de Antropologia, realizada dia 8, em São Paulo. Os dois professores colocaram que a reunião sugerida é o melhor caminho para efetivamente se encontrar respostas para questões que afligem os índios em Ibirama, mas que, em decorrência da legislação vigente, são de responsabilidade da Funai. Sílvio argumentou que a UFSC, através de seus estudantes e professores, pode dar alguma contribuição para solucionar os problemas. E acrescentou que a Funai e os índios de Ibirama poderão contar também com o apoio (simpatia), do Governo Estadual, da Comissão Parlamentar Externa para Assuntos de Índios (criada na Assembleia Legislativa exatamente para o caso de Ibirama), e de entidade civil como a Associação Nacional de Apoio ao Índio e a Sociedade Brasileira de Antropologia.

#### DADOS E HISTÓRIA

Sobre as constantes "guerras" existentes na região envolvendo Funai, madeireiros e DNOS, não é preciso nem falar. Vamos ao que interessa:

A população indígena aldeada em Ibirama é hoje de apenas 800 pessoas. Identifica-se etnicamente com os grupos Xokleng, Kaingang e Guarani. Dessa população, mais da metade é formada por mestiços, resultantes de casamentos interestriais.

A reserva foi criada por causa dos Xokleng, contatados em 1914. Já os Kaingang foram levados para Ibirama pelo "pacificador" Eduardo Hohern, com o objetivo de colaborar no processo de submissão dos Xokleng. E os Guarani vieram das fronteiras do Paraguai e Argentina, por impulso de sua continuada busca da "terra sem males".

Hoje, os Guarani formam algumas poucas famílias, que vivem nos pontos mais isolados da reserva e não mantêm maiores contatos com os Xokleng ou Kaingang. Entretanto, dependem, para sobreviver, da exploração de recursos naturais oferecidos pela floresta, sobretudo à caça em matéria-prima para artesanato.

Por sua vez, os Xokleng e os Kaingang exploram a reserva através de práticas agrícolas, associadas a uma pequena criação, utilizando-se também dos recursos florestais (palmito, madeiras, planques e lenha).

#### DESORIENTADOS

Ficou evidenciado, desde os primeiros momentos de contato, em 1914, que o órgão governamental responsável pelos índios estava perdido, sem saber o que fazer.

Assim, os Xokleng foram submetidos ao convívio com parcelas ponderáveis da sociedade, sem que esse processo resultasse sequer numa aprendizagem destinada a minimizar os efeitos decorrentes da improvisação.

Somando aproximadamente 400 indivíduos em 1914, em 1932 os Xokleng estavam reduzidos a apenas 106 indivíduos. A dizimação foi provocada por uma série de fatores, entre os quais, a alteração de sua dieta alimentar e a ocorrência de doenças que lhes eram desconhecidas. Igualmente, a desorganização social acompanhou a alteração das ordens demográfica e econômica, contribuindo, dessa forma, para modificar o "ethos tribal".

#### FACÇÕES

Os Xokleng formavam uma sociedade agnadrática. Existiam, pelo menos, três rupos: o que foi contatado em Ibirama; o outro que perambulava nas proximidades de Porto União; e um terceiro que ficou isolado nas serrarias da Serra Geral, no Sul do Estado.

O grupo de Ibirama sempre teve facções internas.

Após o contato em 1914, o ajustamento dessas facções tornou-se mais complicada devido à presença dos Kaingang, que exerciam o papel de mediadores entre os brancos e os Xokleng.

Devido à sua experiência de convívio com os brancos, entende-se que aproveitaram isso para se impor perante os índios recém-contatados. Isto pode ser depreendido da afirmação de um velho Kaingang, reve-



... retratam uma situação vivida hoje praticamente em todo o país.

lando porque Eduardo Hohern os havia trazido de Palmas (Paraná), para Ibirama: "Era para nos ajudar a amansar os bugres".

#### COMPULSÕES

A permanência de Hohern como chefe do Posto Indígena de Ibirama, de 1914 a 1954, permitiu pelo menos que os índios fossem poupados de um contato mais intenso com os brancos.

Com a sua saída, as compulsões aumentaram rapidamente. Uma estrada foi aberta atravessando a reserva indígena e logo os índios acabaram engajados na economia regional, extraindo palmito para empresas do Vale do Itajaí.

A agricultura passou a ser praticada com intensidade sem precedentes. Mas os índios não tinham tradição agrícola e tampouco contavam com terras favoráveis ou apoio em termos de financiamento e assistência técnica. Crescem, paralelamente, as pressões exercidas pelos regionais para se aproveitar do patrimônio e da força de trabalho indígenas.

Hoje, no Vale do Itajaí não existe outra reserva de floresta como a da área da reserva de Ibirama. As madeiras estão ficando, segundo dados do antropólogo, por falta de matéria-prima. Também estão escassas as terras para a agricultura. "Não é por outra razão que tem crescido assustadoramente o número de brancos que, sob a desculpa de um casamento com uma índia, têm mudado para a reserva indígena".

#### AGRAVAMENTO

A decisão de construir uma barragem no Rio Itajaí do Norte, com vistas à contenção de cheias no Vale do Itajaí, veio agravar todo o quando vivenciado pelos indígenas. O lago temporário que se formará, após grandes chuvas, implica no deslocamento da maioria das casas, pomares, sede do posto e enfermaria existentes na reserva.

Além disso, o projeto não levou em conta os efeitos indiretos a que os indígenas estariam sujeitos. Os índios estão desde 74 sujeitos à construção dessa barragem, sem que tenha havido medidas concretas para resguardar seus interesses enquanto membros de uma sociedade diferenciada, com direito à tutela do governo brasileiro, e como detentores de uma área de terras que lhe foi outorgada por escritura pública pelo Governo do Estado.

A situação hoje dos índios aldeados é bastante difícil. As dissensões internas provocaram a segmentação da população Xokleng/Kaingang/mestiços, de forma que se pode falar em dois grandes grupos: índios da Sede e índios do Búgio.

A Funai tem encontrado dificuldades para se relacionar com esses grupos e não têm sido raras as intervenções da Polícia Federal na área. Aparentemente, a exploração de madeiras é que tem justificado essas dissensões.

Há ali toda uma complexa tela de relações, interesses regionais, como decorrentes das próprias cultura e sociedade indígenas, que ainda sobrevivem com um vigor que permite a tomada de uma posição por parte de muitos índios.

Em paralelo, diz Sílvio Coelho, os índios dependem totalmente da sociedade regional em termos econômicos. As ações de rapinagem no patrimônio florestal da reserva é que têm garantido a sua sobrevivência física. Fora isso, somente os índios que são assatariados pela Funai é que dispõem de alguns recursos financeiros.

#### SEM ESPERANÇAS

Os diversos contatos mantidos pelos índios com o DNOS e outros órgãos do governo até agora não resultaram em medidas concretas. Isto é, não existe garantia de indenização de seus prejuízos, nem esperanças de dias melhores.

Os índios, no entanto, tem disposição de discutir suas reivindicações, deixando de lado divergências internas e pessoais. Daí a necessidade de uma reunião com todas as partes envolvidas. Afinal de contas, não é o diálogo a saída para todos os impasses?

### Antropólogos apreensivos

### com desrespeito às leis

Há um festival de leis no Brasil. Algumas, inclusive, muito boas. O problema, na verdade, está no cumprimento e na execução daquilo que já está aí. Sobre tudo, quando se trata de pessoas pouco aquinhoadas. E nisso se enquadra o índio.

Alguns pontos, que deixam isso às claras, foram levantados em Florianópolis durante a Reunião de Antropólogos e Advogados em outubro de 1980. Entre estes, estão a questão das terras indígenas, a questão da tutela e a questão da construção de barragens.

Essas autoridades mostraram-se apreensivas com o processo decisório em que os povos indígenas são afetados, direta ou indiretamente, com a construção de barragens.

O problema é que há uma persistente violação do estabelecido na Constituição Federal (Artigo 198, § 1º e 2º), na Lei (Artigo 20, parágrafos 1º, 2º e 3º, do Estatuto do Índio, Lei Federal 6001/73) e em Convenção Internacional (nº 107, da Organização Internacional do Trabalho) que garantem aos povos indígenas o direito à posse permanente da terra e ao usufruto exclusivo das riquezas nela existentes.

Os antropólogos exigem a consulta e participação dos povos indígenas e da comunidade científica e dos advogados no processo decisório relacionado a esses projetos, bem como o acesso dos índios, antropólogos, advogados e outros cientistas a todas as informações necessárias ao acompanhamento sistemático e quaisquer projetos que tenham interferido, ou que venham a interferir, na integridade dos territórios indígenas e na organização sócio-político-econômica de seus povos.

Colocam ainda a indispensabilidade de se atentar para o caráter de excepcionalidade das assim denominadas obras de interesse público sobre terras indígenas, face ao que dispõe expressamente o artigo 20, de aplicação inarredável; a necessidade de analisar outras possibilidades de produção energética que não venham a afetar as áreas indígenas, e que também não venham a causar maiores prejuízos para a sociedade nacional; e a necessidade, em se respeitando o próprio Estatuto do Índio (artigo 20, parágrafos 1º, 2º e 3º), realizar-se estudos reveladores do impacto ambiental, já provocado, ou a ser provocado, por obras de caráter desenvolvimentista.

Concluem que as terras pertencentes às comunidades indígenas não devem, de forma alguma, ser consideradas alienáveis para a contínua expansão da sociedade nacional, que já quase extermiou a vida e a cultura dos seus primeiros habitantes. Hoje reduzidos a uma fração da sua área regional, os grupos indígenas não devem ter que mais uma vez custear o desenvolvimento da sociedade que só viu neles algo para explorar gratuitamente.

Acrescentam ainda que "se mais uma vez, em caráter excepcional e na comprovada falta de outra alternativa, volta a sociedade nacional de explorar o pouco que restar aos indígenas, sua indenização deve ser, pela primeira vez, justa e digna. Deve-lhes compensar terra por terra, em lugares iguais; benfeitoria por benfeitoria; e bens naturais e custos sociais por indenização monetária; de modo que estas recompensas cheguem às suas mãos como grupo e não revertam em favor de qualquer setor da Funai".

Que afinal todo homem, em qualquer de suas dimensões ou realidades sócio-culturais, deve ser visto como beneficiário das mudanças econômicas e não como uma vítima.

#### TERRAS INDÍGENAS

Os advogados e antropólogos alertam também que a legislação brasileira assegura às comunidades indígenas o direito às suas terras. Entretanto, a realidade dos fatos mostra claramente uma crise generalizada.

A emenda constitucional nº 1/69, Artigo 198, expressa a garantia à inalienabilidade das terras habitadas pelos índios, sua posse permanente e o usufruto nelas existentes. Cumpre lembrar que a disposição constitucional é, na hierarquia, a disposição máxima.

Já o Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, artigo 17, reitera a que-lar garantia, referindo-se, ainda, às terras de domínio (posse e propriedade) das comunidades indígenas e às áreas reservadas. "Terras habitadas" pelos índios, na definição do artigo 23 do próprio Estatuto, são as terras que "de acordo com os usos, costumes e tradições tribais detêm e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil".

A relação das comunidades indígenas com suas terras é complexa e íntima e inclui o uso de recursos econômicos e a prática de atos religiosos e de relações sociais.

A terra dessas comunidades não pode ser entendida como mercadoria ou bens comerciais, mas como um espaço contínuo, um conjunto indissolúvel de recursos econômicos e áreas de importância cultural e social.

Os advogados e antropólogos reunidos na época em Florianópolis, considerando o legítimo direito das comunidades indígenas à posse tradicional de suas terras, defenderam medidas como: demarcação das terras indígenas, em conformidade com os critérios por eles defendidos: correção da demarcação, efetuada com prejuízos das comunidades indígenas envolvidas; proteção efetiva contra quaisquer invasões das terras indígenas e utilização de seus recursos naturais; e inclusão das comunidades indígenas e atendimento de suas necessidades nos planos de desenvolvimento regionais e nacionais.



Hoje os índios estão reduzidos a uma fração da sua área regional.

### "As roupas não cobrem

### a nossa identidade"

Os vistosos adornos de coloridas plumas, já não disfarçam nossa realidade. Todavia, as roupas que hoje usamos, não cobrem nossa identidade.

Não queremos nos ver apenas como exóticos ou cobaias para pesquisas, não somos fósseis e tampouco somos párias... Somos seres humanos como vocês, com os mesmos sentimentos!

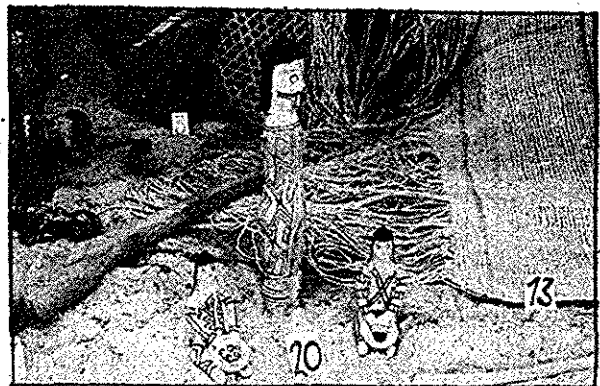
Reflitam na história de nosso povo que há milhares de anos habita este continente, tão reduzido pela saga dos massacres, pelas fúrias epidêmicas, pela invasão dos predadores.

Somos exploradores pelo turismo imprudente, pela mão de obra barata, pela violação de nossos direitos e por mentirosos cartões postais.

A criminosa moto-serra que derruba nossas sagradas florestas, rumo a caminho da dúvida, leva o nome de civilização. O mesmo nome que há séculos vem dizimando nosso povo, diluindo nossa cultura e nos chamando de selvagens indolentes. Apesar de tudo, continuaremos resistindo, lado a lado com o rio, com a mata e os animais, que sempre foram nossos amigos e aliados, até mesmo o próprio destino!

Invocaremos juntos a força de nhandera, e os feitos heróicos de nossos mortos fortalecerão os frácos que tombarão o império opressor...

Mas, do contrário, resistiremos até o final... Até o último dia do último guerreiro, que agonizante, entoará na canção da morte, a memória de nosso povo, perdida para sempre. (ÍNDIOS GUARANI, exemplo de RESISTÊNCIA).



Arte pura.

DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA,  
18 E 19 DE ABRIL DE 1982



JNC CADERNO

Journal de SC